

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clóvis Bevilaqua e a multidisciplinaridade na invenção de si

Vicentônio Regis do Nascimento Silva*
Wilton Carlos Lima da Silva**

Resumo: Pretendemos analisar a correspondência de Clóvis Bevilaqua (1859-1944) – intelectual, escritor, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, além de criador do Código Civil Brasileiro de 1916 – que, apesar de colaboração em diversas áreas do saber, tem obra e pensamento pouco estudados. Examina-se a correspondência considerando-se a significativa rede de sociabilidade do jurista, conforme se depreende do estudo de 352 cartas, recebidas ou enviadas, de instituições como Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores ou Academia Brasileira de Letras e de personalidades, entre as quais políticos como Barão do Rio Branco e Epitácio Pessoa ou críticos literários como Silvio Romero e José Veríssimo. Por fim, almeja-se uma compreensão da rede de relações estabelecida por este intelectual e um dimensionamento de sua figura pública e privada no período.

Palavras-chave: Clóvis Bevilaqua; Cartas, Intelectuais.

Abstract: We intend to analyze Clovis Bevilaqua (1859-1944) correspondence – intellectual, writer, jurisconsult of State Department, besides author of civil code of 1916 – that, although he collaborated on a lot of areas of knowledge, has books and life not well studied. We want to understand jurist's relation, studying 352 letters, sent or received, of institutions like law department, state department or Academia Brasileira de Letras and personalities, politicians like Barão do Rio Branco and Epitacio Pessoa or literary critical like Silvio Romero or José Veríssimo. Finally, we try to understand Bevilaqua's relation and his public and particular magnitude.

Keywords: Clóvis Bevilaqua, Letters, Intellectuals

“Bem quisera escrevê-la com palavras sabidas, as mesmas, triviais, embora estremecessem de paixão. Perfurando os obscuros canais de argila e sombra, ela iria contandoque vou bem, e amo sempre e amo cada vez mais, a essa minha maneira torcida e reticente, e espero uma resposta...” Assim, em um poema chamado Carta, Carlos Drummond de Andrade falava sobre esse ato de estabelecer uma ponte entre pessoas através da palavra escrita, pessoal e íntima, que é a correspondência.

A palavra “correspondência” traz em si uma conotação de reciprocidade, similitude, proximidade, que as trocas postais só fazem ampliar, nas quais, quer pela convergência ou divergência, os missivistas se igualam, colocam-se em um mesmo patamar de legitimidade que permite o escambo de opiniões, afetos, ofensas, informações, segredos, e

* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis (SP).

** Professor Assistente Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis (SP).

Este trabalho integra a pesquisa “Bacharelismo, Leis e Jargão: o Código Civil de 1916”, que conta com o fundamental apoio material da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da Unesp.

todo o conjunto de sentimentos e conhecimentos que podem ser traduzidos na linguagem escrita.

A pesquisa dedicada às cartas e diários tem se ampliado significativamente na historiografia brasileira, com a produção de trabalhos bastante relevantes sobre épocas, personagens, situações e contextos a partir do universo íntimo e pessoal contido nesse tipo de fonte.

Embora a correspondência e o diário sejam feitos para a intimidade, e o interesse que despertam possa excitar o voyeurismo do leitor, são fontes ricas para se desvendar subjetividades do remetente e do destinatário (assim como dos grupos sociais e culturais aos quais se vinculam e mesmo do autor da análise, um cúmplice do diálogo!), além de recuperar partes do passado e formas de construção da memória, principalmente quando se torna possível o acesso às mensagens tanto enviadas quanto recebidas (chamadas de correspondência “ativa” e “passiva”, respectivamente).

A História do Brasil tem como referências fundadoras alguns textos de “escrita de si” como a descrição da descoberta feita por Pero Vaz de Caminha em sua *Carta do descobrimento* (1500) para o Rei de Portugal, D. Manuel, dando conta do lugar paradisíaco, repleto de belezas e encantos naturais, povoado por homens que mesmo sem fé, lei ou rei eram bonitos, nus e inocentes, o *Diário de Navegação* (1530) de Pero Lopes de Sousa, escrivão do primeiro grupo colonizador liderado por Martim Afonso de Sousa, ou ainda, em séculos posteriores, a *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas em vinte cartas* (1802), de Luis dos Santos Vilhena que, em meio a um enfoque amplo e erudito, na forma de uma correspondência imaginária, traça um relato crítico que, por sua sensibilidade, capta de forma clara e bem definida os elementos da crise do sistema colonial, ou outros textos que se utilizaram de tais fontes documentais.

Atualmente coletâneas de “escritas de si” têm ocorrido com bastante constância no mercado editorial, estando disponíveis nas livrarias atualmente, entre outras, a Correspondência de Euclides da Cunha (EDUSP), A correspondência de uma estação de Cura (de João do Rio, Scipione), Correspondências (de Clarice Lispector, Rocco), Mário de Andrade e Manuel Bandeira (EDUSP), Correspondência (de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, Topbooks), Correspondência Mário de Andrade e Tarsila do Amaral (EDUSP), entre outros.

Em termos analíticos a coletânea Escrita de Si, Escrita da História (Editora FGV), organizada por Ângela de Castro Gomes, oferece um rico panorama de trabalhos que se dedicam ao estudo da correspondência (além de diários íntimos e memórias) de notáveis,

notórios ou não notados – abordando a “escrita de si” de pessoas como Antônio Pereira Rebouças (homem negro e autodidata que se tornou um dos maiores civilistas do Direito brasileiro), de Oliveira Lima (sociólogo e jurista fundamental dentro do pensamento social brasileiro), do sociólogo Gilberto Freyre (que publicou inclusive, entre seus diversos livros, um sobre algumas de suas cartas), Monteiro Lobato (que para além do autor infantil deve ser lembrado como romancista, empreendedor, polemista e autor da clássica reunião de algumas de suas cartas, *A Barca de Gleyre*), Paulo Prado (milionário paulista que além de empresário e mecenas, foi bom escritor e descrito por Eça de Queiroz como um modelo da perfeição humana), o historiador Capistrano de Abreu (um dos pais da moderna historiografia brasileira), Getúlio Vargas (que dispensa qualquer explicação), entre outros.

As cartas são consideradas importantes objetos de estudos a partir do século XVIII, quando a relação entre o indivíduo moderno e seus documentos é considerada fonte relevante:

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos.

Considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. Um processo que é assinalado pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno. (GOMES, 2004:10-11)

Tal tipo de produção bibliográfica, tanto de natureza acadêmica quanto comercial, deve se manter em constante renovação, sendo que o interesse que desperta torna explícito um dos grandes encantamentos que a História exerce sobre as pessoas: um indivíduo pode não ter nenhum dom artístico, literário ou musical, mas está emaranhado em uma memória sua e da sociedade da qual faz parte, o que lhe permite o seu reconhecimento enquanto unidade e também parte de um todo, de modo a poder dizer “eu vivi”, “eu vi” e “eu me lembro”, e isso é possível de ser compartilhado. Isso que justifica o trabalho do historiador.

Para aprofundar o estudo da correspondência como fonte da escrita de si, Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib organizam um livro de estudos de cartas em que o ecletismo, a diversidade e a pluralidade de colaboradores auxiliam nas tentativas de explicação da indispensabilidade do estudo epistológrafo. Nomes como José Mindlin, Eliane Robert Moraes, Benedito Nunes, Laura Mello e Souza, Celso Lafer, Renato Mezan, Leila

Perrone-Moisés, Olgária Matos, José de Souza Martins, Walnice Nogueira Galvão e Décio de Almeida Prado analisam missivas envolvendo ora aspectos teóricos (como o texto de Mindlin e aquele em que Antônio Candido é objeto de análise), ora literários (Marquês de Sade, Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Proust e Joyce), ora filosóficos (Hannah Arendt, Walter Benjamin), ora psicológicos (Freud), ora sociológicos (Marx), ora historiográficos (vida nobre setecentista em Portugal).

A historiadora Ângela de Castro Gomes considera Walnice Nogueira Galvão a precursora do estudo de correspondência no país em razão da pesquisa, da concatenação e da explanação das cartas de Euclides da Cunha.¹ A iniciativa da crítica literária em seu livro plural, mas inclinado ao campo literário, inspirou estudiosos de outras áreas em se empenharem na tentativa de montar o quebra-cabeça das informações incompletas, conseqüência disso pode ser considerado o livro organizado por Ângela de Castro Gomes (2004), mencionado acima.

Recorremos às teorias e às metodologias utilizadas pelos estudiosos para analisar a correspondência ativa e passiva de Clóvis Bevilacqua. Sua correspondência encontra-se arquivada e acondicionada no Memorial do Judiciário Cearense do Tribunal de Justiça do Ceará que, depois de negociações com as herdeiras, adquiriu alguns de seus objetos pessoais, além de cartas, cartões e livros. Embora constem 352 cartas, sendo 156 expedidas e 196 recebidas, do inventário realizado por profissionais do Tribunal de Justiça quando do recebimento do material, consideramos que as três centenas e meia de cartas não refletem efetivamente a expectativa das cartas realmente trocadas.

Como observamos, as cartas compreendem um período que vai de 1882 a 1948, atravessando situações e cenários diversos, momentos políticos decisivos, debates sociais expressivos, questões bélicas que não poderiam ser delongadas. O número reduzido de cartas pode representar uma seleção subjetiva no momento de sua venda, causando perdas no entendimento global e total de suas reais relações, não constando missivas trocadas entre pai e filhas, marido e esposa, jurista e seus parentes, deixando de tratar de pontos íntimos ou complexos das relações familiares.

A possibilidade de se perceber a fabricação da posteridade² - em que o autor ou dono da correspondência e dos escritos ordenou os acontecimentos considerados relevantes para ele e a partir dos quais se construiria sua imagem e delinear-se-ia sua vida – sofre prejuízos na medida em que interfere na noção da imagem que o próprio Clóvis Bevilacqua

¹ GOMES, Ângela de Castro (2004: 8-9).

² ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p.67.

tinha de si e aquela a partir da qual gostaria de ser lembrado. Em decorrência ou em complemento, o reduzido número de cartas permite avaliar o contexto da vida privada e pública a partir da correspondência e dos fatos ali narrados, sem adentrar questões mais delicadas.

Analisando correspondência, livros e biblioteca de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venâncio teoriza sobre o discernimento entre o público e privado, teoria que pode ser aplicada à correspondência de Bevilacqua:

Nessa escrita fragmentária, deixou inscrito o seu caráter modelar de homem público e a grandeza de sua produção intelectual. Nenhuma linha mais explícita sobre sua vida pessoal. Nenhuma carta de amor, nenhum poema, esparsas referências à vida familiar. Os documentos explicitam, entre registros e lacunas, lembranças e esquecimentos, o dizível e o indizível, o memorável e o imemorial. Mostrava-se o homem público e o intelectual, ocultava-se a dimensão privada de sua vida. (VENANCIO, 2003:16-17)

Para se ter um panorama das diversas possibilidades de análise de cartas, optamos por nos orientar pelo modelo proposto por Michel Trebitsch. De acordo com ele, as cartas poderiam ser divididas em três grupos. No primeiro estariam as cartas consideradas expressivas de suas relações de amizade e de prestígio político, tendo mais importância pela função que desempenham do que por seu conteúdo. Nelas se enquadraria a correspondência de temática social e política. O segundo grupo seria composto pela correspondência ordinária, em que o conteúdo é mais importante que a função, encontrando-se as cartas para aquisições de bens materiais e as cartas de assuntos cotidianos. Por fim, o terceiro grupo seria integrado pela correspondência-laboratório, na qual o escritor interagiria com seus leitores, desenvolvendo um trabalho tipicamente intelectual.

O círculo de amizade do jurista é grande, diversificado e eclético na medida em que as mais de 150 cartas enviadas por ele destinarem-se a amigos, juristas, políticos, autoridades judiciárias e diplomáticas, críticos literários, professores e escritores, destacando-se missivas de José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Epiácio Pessoa, Carlos Chagas, Wenceslau Brás, Joaquim Nabuco, Odylo Costa Filho, Plínio Barreto, diversas instituições acadêmicas e intelectuais, além de membros do Executivo, Legislativo e Judiciário em diferentes níveis.

As cartas recebidas por Bevilacqua, por sua vez, constam de remetentes como Franklin Távora, Silvio Romero, Araripe Junior, Barão de Loureiro, Ozório Duque Estrada, Epiácio Pessoa, Quintino Bocaiúva, Francisco Campos, e instituições e autoridades diversas.

Analisamos algumas missivas enviadas pelo crítico literário Silvio Romero que, assim como Bevilaqua, pertenceu à geração de 1870 da Escola do Recife. Abandonando os clichês formais, Romero mostra-se mais íntimo de Bevilaqua do que outros amigos. Essa é uma primeira análise de fragmento da correspondência de 3 de março de 1904, em que Romero escreve a uma ‘delicioso’ camarada:

*Campanha (Minas), 3 de março de 1904.
Delicioso Clovis,
Salve. Aqui me acho com saudades suas e dos seus. Já me chegaram, após 20 dias de demora, os meus caixões de livros.*

Esse mesmo Silvio Romero, conhecido pela inexorabilidade de suas opiniões e atos, comporta-se diferentemente com o amigo Clóvis Bevilaqua, a quem solicita um livro lançado pelo jurista, salienta explicitamente as qualidades intelectuais da obra e do escritor e, por fim, agradece os elogios do jurista aos artigos publicados pelo crítico na carta de 5 de julho de 1888:

*Meu caro Clóvis,
Recebi sua carta e seu artigo. Muito lhe agradeço uma coisa e outra.guardo seu livro não só para vel-o, porque deverá ser uma continuação dos Estudos de Direito e Economia Política, que são excelentes, como frisa vês a refundição dos diversos artigos seus sobre o meu livro.*

Romero qualifica de “excellentés” os estudos reunidos em livro pelo jurista ao mesmo tempo em que agradece a crítica – leia-se elogio – publicada sobre seus livros. A carta não indica qual, mas Romero escreve dois livros em 1888: História da Literatura Brasileira e Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil.

Como se depreende inicialmente, as relações de amizades eram o meio de transportar, alçar ou marginalizar livros e autores. Integrante do círculo de amizades do jurista, Silvio Romero legitima intelectual e criticamente a obra de Bevilaqua da mesma maneira que, exercendo a crítica literária, Bevilaqua elogia os trabalhos de Romero.

Clóvis Bevilaqua ajuda os amigos nas questões jurídicas, principalmente nos temas ligados ao direito privado e ao direito internacional, ramos em que se destacou. Assim é a carta enviada para o crítico literário José Veríssimo em 15 de junho de 1910, concedendo parecer sobre as situações jurídicas criadas pela anexação do Acre ao Brasil, discordando implicitamente do positivismo jurídico:

Presado e eminente am^o Sr. José Veríssimo.

Saudações cordiaes.

Estou sempre as suas ordens. Pode, sem constrangimento, satisfazer ao pedido dos amigos que estão nos Estados, quando de mim depender qualquer cousa que lhes possa ser util.

O regimen de terras no território do Acre é umas das muitas obscuridades do nosso direito porque tudo se faz, entre nós, incompleta e imprevidentemente. Quando se organizou o território, deviam ter pensado na vida econômica da região, sob o ponto de vista do direito privado mas não fiseram. E dahi as duvidas.

Para ser quanto isto ainda é caótico, basta saber que dois espiritos lucidissimos, como Carlos de Carvalho e Araripe Junior têm opiniões diametralmente oppostas.

Para mim a situação jurídica das terras do Acre é a seguinte:

1^o Ponho de lado, em parte, como inapplicavel ao caso, a lei de 18 de setembro de 1850, por que, affastando qualquer disputa sobre o (ininteligivel)to do Brazil a essa região, ella estava sob a jurisdição plena da Bolivia;

2^o Os títulos expedidos por Plácido de Castro, recahindo sobre terras sem dono devem ser respeitadas, tendo os donos das terras, a que se referem esses títulos, o seu direito abrigado pelo tractado de Petrópolis;

3^o As propriedades e posses effectivas, que não tenham por si esse títulos, mas possam invocar outras as que o direito reconhece devem igualmente ser respeitadas;

4^o As terras devolutas, que, pelo tractado de Petrópolis, passaram para o dominio do Brazil pertencem ao território e, através dele a união que o (ilegivel);

5^o As posses estabelecidas depois desse tractado sobre terras devolutas não tem legitimidade, por que ja então estavam as terras sob o dominio da lei de 1850.

Tantas distincoes me cessaras mas que deviam desaparecer, por um ato que tudo pudesse em ordem, tudo uniformizado. Não é?

Mas é assim que se me apresenta a situação jurídica das terras do Acre.

Aceite com a exma. Senhora, filhas e mais pessoas da família, os cordiaes cumprimentos da Amélia e das meninas.

Do compadre e am^o.

Clovis Bevilaqua.

Rio.

O parecer jurídico ao crítico literário transcende a mera ação profissional, caracterizando-se pela solicitude de amigo e compadre prestando gentilezas ao outro. Essas familiaridade e intimidade podem ser percebidas pelas saudações do jurista à esposa, às filhas e aos demais familiares do remetente. Por meio de José Veríssimo, aqui travestido de amigo, não apenas de crítico literário, Bevilaqua dispõe-se a auxiliar os amigos dos Estados em busca de solucionar questões jurídicas herméticas.

Por fim, os resultados da pesquisa resultantes na dissertação do mestrado aparecerão conforme o aprofundamento do exame das cartas trocadas entre Bevilaqua e seus correspondentes, procurando compreender suas relações de sociabilidade, de legitimação e de influência no campo das idéias, pormenorizando seu itinerário ou trajetória intelectual, entre fins da Monarquia e as primeiras décadas da República.

Bibliografia

- ABREU, Márcia. *Cultura Letrada*. São Paulo: Unesp, 2004.
- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Correspondência Cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 1999.
- BUARQUE, Virgínia A. Castro. *Escrita Singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.
- DAUPHIN, Cecile. *Pour une histoire de la correspondance familiale. Romantisme*. Paris, n° 90, 1995, p.89-99.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de Si Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TREBITSCH, Michel. *Correspondances d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947)*. *Les Cahiers de l'IHTP*. Cahier n.20, mars, 1992.
- VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. *Para ler a leitura: Reflexões sobre anotações de Florestan Fernandes em um livro de Franz Boas*. *Revista Antropológicas*. Recife, volume 16(2), 2005, p. 67-98.